

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	31/03/2023	31/12/2022
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	272.682	279.714
Contas a Receber de Clientes	5	14.145	17.778
Créditos Fiscais	6	14.966	4.988
Valores a Receber	7	24.920	26.275
Outros Ativos		2.017	200
		328.730	328.955
Ativo Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Valores a Receber	7	56.097	56.933
Depósitos Judiciais	8	616.762	635.212
Contas a Receber Partes Relacionadas	9	293.215	293.215
Créditos Fiscais	6	55.323	55.323
Outros Ativos		421	421
		1.021.818	1.041.104
Propriedade para Investimento	10	14.297	14.297
Imobilizado	11	785.963	783.299
		1.822.078	1.838.700
Total do Ativo		2.150.808	2.167.655

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de Reais)

PASSIVO	Nota	31/03/2023	31/12/2022
Passivo Circulante			
Fornecedores		1.940	16.308
Obrigações Trabalhistas e Assistenciais	12	27.030	24.381
Obrigações Tributárias	13	198.302	205.422
Obrigações Contratuais	14	19.281	16.231
Benefícios Pós Emprego	15	24.984	24.318
		<u>271.537</u>	<u>286.660</u>
Passivo Não Circulante			
Obrigações Tributárias	13	485.516	504.188
Benefícios Pós Emprego	15	259.799	258.822
Provisão Para Contingências	16	1.463.059	1.400.645
Adiant. Futuro Aumento de Capital	17	335.057	326.938
		<u>2.543.431</u>	<u>2.490.593</u>
Patrimônio Líquido			
Capital Social	18	2.455.537	2.455.537
Outros Resultados Abrangentes		77.309	80.112
Prejuízos Acumulados		(3.197.006)	(3.145.247)
		<u>(664.160)</u>	<u>(609.598)</u>
Total do Passivo		2.150.808	2.167.655

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2023	31/03/2022
Operações Continuadas			
Receita Operacional Líquida	19	159.956	193.251
Custos da Operação	20	(38.066)	(31.829)
Lucro Bruto		121.890	161.422
Resultado Operacional			
Despesas Gerais e Administrativas	21	(57.600)	(54.344)
Depreciação		(6.324)	(6.280)
Provisões Contábeis Líquidas	22	(91.945)	(196.600)
Outras Receitas Operacionais		11.501	4.241
Outras Despesas Operacionais		(61)	(4)
		(144.429)	(252.987)
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro		(22.539)	(91.565)
Resultado Financeiro			
Resultado Financeiro Líquido	23	(16.946)	(36.087)
Resultado do Exercício		(39.485)	(127.652)
Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro			
Imposto de Renda	24	(9.023)	-
Contribuição Social	24	(3.251)	-
		(12.274)	-
Resultado do Exercício		(51.759)	(127.652)
Quantidade de Ações		1.222.461.484	1.222.461.484
Prejuízo por Ação do Capital Social (em Reais)		(0,04)	(0,10)

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2023	31/03/2022
Resultado Líquido do Exercício		(51.759)	(127.652)
Outros Resultados Abrangentes		77.309	42.765
Outros Resultados Abrangentes	15	77.309	42.765
Resultado Abrangente do Período		25.550	(84.887)

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 01/01/2023 A 31/03/2023

Descrição	Capital Social	Outros Resultados	Prejuízos	Totais
		Abrangentes	Acumulados	
Saldo em 1º de janeiro de 2023	2.455.537	80.112	(3.145.247)	(609.598)
Resultado do Exercício	-	-	(51.759)	(51.759)
Ganho (perdas) Atuariais em Planos de Pensão	-	(2.803)	-	(2.803)
Saldos em 31 de março de 2023	2.455.537	77.309	(3.197.006)	(664.160)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 01/01/2022 A 31/03/2022

Descrição	Capital Social	Outros Resultados	Prejuízos	Totais
		Abrangentes	Acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.455.537	46.485	(3.316.558)	(814.536)
Efeitos da reapresentação	-	-	439.080	439.080
Saldos em 1º de janeiro de 2022	2.455.537	46.485	(2.877.478)	(375.456)
Resultado do Exercício	-	-	(127.652)	(127.652)
Ganho (perdas) Atuariais em Planos de Pensão	-	(3.720)	-	(3.720)
Saldos em 31 de março de 2022	2.455.537	42.765	(3.005.130)	(506.828)

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

	31/03/2023	31/03/2022
FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Fluxo da Atividade Principal		
Resultado do Exercício	(51.759)	(127.652)
(+) Resultado de Equivalência Patrimonial	(2.803)	(3.720)
(+) Depreciação e Amortização	16.214	16.103
(+) Baixas do Imobilizado	61	-
(+) Variação Monetária de Créditos de Acionistas	8.119	5.408
(+) Provisão para Contingências	62.414	172.596
(+) Benefícios Pós Emprego	1.643	747
(-) Receitas Diferidas	-	(2.340)
Resultado Ajustado	33.889	61.142
Variações no Ativo		
Contas a Receber	3.633	(70.473)
Créditos Fiscais a Recuperar	(9.978)	(29.157)
Outros Valores a Receber	2.191	1.155
Depósitos Judiciais	18.450	(11.553)
Outros Ativos	(1.817)	(1.375)
Variações no Passivo		
Fornecedores	(14.368)	(1.259)
Obrigações Trabalhistas e Assistenciais	2.649	9.541
Obrigações Tributárias	(25.792)	4.258
Obrigações Contratuais	3.050	(4.757)
Caixa Líquido Gerado (Consumido) nas Atividades Operacionais	11.907	(42.478)
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Imobilizado	(18.939)	(586)
Caixa Líquido Gerado (Consumido) nas Atividades de Investimento	(18.939)	(586)
FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	(7.032)	(43.064)
Caixa e Equivalentes no Início do Período	279.714	351.696
Caixa e Equivalentes no Fim do Período	272.682	308.632

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(Em milhares de Reais)

	31/03/2023	31/03/2022
Receitas	162.645	203.935
Tarifas Portuárias	33.958	26.325
Arrendamentos Operacionais e Aluguéis	130.540	171.126
Provisão para Perdas Estimadas	(3.137)	(185)
Reversão de Provisões	1.284	6.669
Insumos Adquiridos de Terceiros	(101.166)	(205.816)
Materiais, Água, Energia e Serviços de Terceiros	(10.471)	(8.407)
Despesas Judiciais e Provisões para Riscos Judiciais	(88.044)	(195.212)
Outros custos	(2.651)	(2.197)
Valor adicionado bruto produzido pela entidade	61.479	(1.881)
Depreciação e Amortização	(16.214)	(16.103)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	45.265	(17.984)
Valor adicionado recebido em transferência	19.695	12.469
Receitas financeiras	12.797	12.433
Outras	6.898	36
Valor adicionado a distribuir	64.960	(5.515)
Distribuição do valor adicionado	64.960	(5.515)
Pessoal	55.720	55.767
Remuneração Direta (Ativos, Cedidos e Estagiários)	33.325	22.793
Benefícios	7.497	6.927
Benefícios Pós-emprego	5	4.201
FGTS	2.542	2.308
INSS	8.393	7.677
Provisões	3.808	11.642
Honorários da Diretoria, CONSAD e CONFIS	150	219
Tributos	13.384	1.497
Federais	13.020	465
Estaduais	-	80
Municipais	364	952
Remuneração de capitais de terceiros	47.615	64.873
Despesas financeiras	29.744	48.519
Contratos	17.871	16.354
Resultado do Exercício	(51.759)	(127.652)

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

As informações financeiras trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO, doravante denominada “PortosRio” ou “Companhia”, com sede na Rua Dom Gerardo, 35 Sala 1001, Centro – Rio de Janeiro – RJ, é uma empresa pública, cuja criação foi autorizada pelo Decreto-Lei nº 794 de 27 de agosto de 1969, constituída sob a forma de sociedade anônima, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, regendo-se pela legislação relativa às sociedades por ações, Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pela Lei das Estatais, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e, no que lhe for aplicável, pela Lei 12.815, de 5 de junho de 2013, que dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários. A Companhia tem por objeto social realizar, direta ou indiretamente, em harmonia com os planos e programas do Ministério da Infraestrutura, a administração e exploração comercial dos portos organizados e demais instalações portuárias do Estado do Rio de Janeiro.

1.1 Continuidade Operacional

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas operações.

Conforme apresentado nos relatórios, a Companhia incorreu, no exercício findo em 31 de março de 2023, em prejuízo no montante de R\$ 51.759 mil (prejuízo de R\$ 267.769 mil em 31 de dezembro de 2022), em especial pela constituição de provisão para contingências judiciais.

Embora a Companhia possua natureza jurídica de empresa pública não sujeita às regras de falência e recuperação de empresas, as suas atividades passaram por um processo de reestruturação operacional e financeira, por meio do qual a Administração tomou medidas que visam o equacionamento dos resultados, otimizar custos e despesas com o objetivo de alcançar o equilíbrio do capital circulante líquido e recuperar a lucratividade das operações.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia Docas do Rio de Janeiro, inclusive as notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicadas de outra forma, e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações contábeis estão definidas abaixo.

3.1 Apuração do Resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência entre exercícios, sendo que a receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços (tarifas portuárias) e arrendamento de áreas portuárias, apresentada líquida dos impostos. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança e quando seja provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e, ainda, quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

3.2 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes incluem dinheiro em caixa, saldos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, de risco insignificante de mudança de valor e de alta liquidez.

3.3 Instrumentos financeiros

(i) Ativos Financeiros

a) Reconhecimento Inicial e Mensuração

Os ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado ou empréstimos e recebíveis. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

b) Mensuração Subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos Financeiros a Valor Justo por Meio do Resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto

prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Empréstimos e Recebíveis

Empréstimos e Recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

c) Baixa

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A empresa transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro, por força de um acordo de “repasse”;
- A empresa transfere, substancialmente, todos os riscos e benefícios do ativo;
- A empresa não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

(ii) Redução ao Valor Recuperável de Ativos Financeiros

A Companhia avalia, nas datas do balanço, se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável.

Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrida) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da empresa.

(iii) Passivos Financeiros

a) Reconhecimento Inicial e Mensuração

Os passivos financeiros são classificados na categoria de empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

b) Mensuração Subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Empréstimos e Financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

c) Baixa

Um passivo financeiro é baixado quando:

- A obrigação é revogada, cancelada ou quando expirar;
- Quando for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes;
- Quando os termos de um passivo existente forem significativamente de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

3.4 Contas a receber

As Contas a Receber de clientes referem-se aos recebíveis do ativo circulante, sendo os valores faturados correspondentes ao preço da tarifa vigente na data da prestação dos serviços e, no caso de arrendamento de áreas, pelos valores contratados. No saldo de contas a receber estão incluídos todos os serviços prestados e todas as receitas com arrendamentos até a data do encerramento do exercício. Do total do Contas a Receber, a Companhia deduz as perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (PECLD) correspondendo à diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. O prazo médio de recebimento das contas a receber é de 30 dias, prazo considerado como parte das condições comerciais normais e inerentes às operações da Companhia. As PECLD são constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir as possíveis perdas na realização destes créditos.

3.5 Créditos Fiscais a Recuperar

Correspondem aos saldos credores de PIS, COFINS Imposto de Renda e Contribuição Social a serem utilizados para futuras compensações, além do imposto de renda sobre aplicações financeiras.

3.6 Depósitos Judiciais

Correspondem a valores bloqueados e valores dados em garantia em processos de cobrança, os quais a Companhia mantém discussão judicial acerca dos valores envolvidos e sua exigibilidade.

3.7 Propriedade para Investimentos

Propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital e não para venda no curso normal dos negócios, fornecimento de serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial.

3.8 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo valor de custo, o qual é formado pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionados os juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, líquido de depreciação.

a) Teste de recuperabilidade – Impairment

Estudos internos provaram a recuperabilidade de todos os ativos tangíveis e intangíveis das quatro unidades geradoras de caixa: UGC Porto do Rio de Janeiro, UGC Porto de Itaguaí, UGC Porto de Niterói e UGC Porto de Angra dos Reis. Os estudos provaram também que não houve indícios de perda por desvalorização.

b) Vida útil

A depreciação é calculada segundo o método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil-econômica estimada para cada classe de bens.

O Imobilizado está segregado nos seguintes grupos, segundo o Manual de Contas das Autoridades Portuárias, instituído pela Portaria nº 57, de 8 de março de 2016, da ANTAQ, e possui as seguintes taxas anuais de depreciação:

Bens em Operação			
Contas	Taxas Anuais	Contas	Taxas Anuais
Dragagem	Entre 10% e 20%	Pátios	Entre 4% e 10%
Sinalização	Entre 10% e 20%	Armazéns	4%
Proteção Marítima	2%	Silo	4%
Berço e Cais	Entre 2% e 4%	Guindaste	4%
Estacionamento	4%	Ship Loader	5%
Vias Internas	4%	Empilhadeira	5%
Linha Férrea	4%		

Bens da Administração			
Contas	Taxas Anuais	Contas	Taxas Anuais
Terrenos	Não deprecia	Equip. de Informática	Entre 10% e 20%
Edificações	Entre 4% e 5%	Sistemas Aplicativos	Entre 10% e 50%
Instalações	Entre 2% e 10%	Mobiliário	Entre 3% e 20%
Máquinas e Equipamentos	Entre 10 e 20%	Veículos	12%

Bens em Operação registram os itens de propriedade da Companhia que são utilizados nas atividades operacionais.

Bens da Administração registram os itens utilizados na atividade administrativa.

3.9 Obrigações Trabalhistas Fiscais e Contratuais

As obrigações fiscais, trabalhistas e contratuais foram atualizadas até a data do balanço.

3.10 Benefícios Pós-Emprego

Os benefícios concedidos a empregados e seus beneficiários, em especial os planos de aposentadoria e pensão junto ao PORTUS – Instituto de Seguridade Social, decorrem de termos de confissões de dívidas e de cálculos atuariais.

3.11 Provisões para Contingências

As provisões para contingências foram reconhecidas com base nas estimativas de perdas prováveis em ações nas quais a Companhia é parte, mensuradas através de relatórios gerenciados pela Superintendência Jurídica da Companhia, sendo o seu reconhecimento, mensuração e divulgação efetuados em atendimento ao CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

3.12 Adiantamentos

Devido à realização de operação de antecipação de recebíveis junto à União, por conta de cessão de créditos futuros, da carteira de clientes da Companhia, as receitas inerentes a estes créditos são reconhecidas à medida que são incorridas, pelo regime de competência.

3.13 Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa do imposto de renda e da contribuição social são apropriadas na demonstração do resultado, exceto quando estiverem relacionadas com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os encargos de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas leis tributárias vigentes.

3.14 Receita Operacional

A receita é mensurada quando seu valor pode ser mensurado de maneira confiável, sendo provável que os benefícios econômicos futuros serão transferidos para a sociedade, os custos incorridos na transação possam ser mensurados e os riscos e benefícios foram transferidos e assumidos pelo tomador do serviço. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

a) Tarifas Portuárias

As receitas tarifárias são registradas com base na utilização de cais público, por atracação de navios de carga e passageiros, movimentação de cargas e passageiros, fundeio, utilização do canal de acesso aquaviário, utilização de estrutura terrestre, armazenagem e utilização de equipamentos. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios inerentes aos serviços foram transferidos para o usuário, sendo provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia e o valor da receita puder ser mensurado com confiabilidade.

b) Receita de Arrendamento

As receitas de arrendamento são registradas com base em contratos de arrendamento operacionais de áreas primárias dos portos e são calculadas por meio da movimentação de carga e de passageiros e do preço do arrendamento, cobrado independentemente da movimentação, conforme a particularidade de cada contrato. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente acerca da remuneração do contrato e da movimentação, atestada pela fiscalização dos contratos.

c) Receita de Juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, da demonstração de resultado.

De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida à medida em que seja altamente provável que não ocorra uma reversão significativa de valor da receita acumulada.

4 – CAIXA E EQUIVALENTES

Trata-se de investimentos em renda fixa – Operações Compromissadas CAC – e saldos bancários disponíveis em contas ativas no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal:

	31/03/2023	31/12/2022
Saldo Banco do Brasil	272.681	279.714
Saldo Caixa Econômica Federal	1	-
Totais	272.682	279.714

5 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber a vencer são realizáveis no prazo médio de 30 dias, não sendo relevante o ajuste ao valor presente. Os valores registrados são:

	31/03/2023			31/12/2022		
	Bruto	(PECLD)	Líquido	Bruto	(PECLD)	Líquido
Porto do Rio	192.261	(181.014)	11.247	194.220	(179.550)	14.670
Porto de Itaguaí	2.448	(210)	2.238	1.716	(213)	1.503
Porto de Niterói	4.304	(3.644)	660	4.500	(3.395)	1.105
Porto de Angra	1.159	(1.159)	-	531	(31)	500
Totais	200.172	(186.027)	14.145	200.967	(183.189)	17.778

6 – CRÉDITOS FISCAIS

O detalhamento dos créditos tributários está composto abaixo:

	Circulante		Não Circulante	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Imposto de Renda	9.966	3.140	42.019	42.019
Contribuição Social	3.463	311	13.304	13.304
PIS/PASEP	384	384	-	-
COFINS	1.153	1.153	-	-
Totais	14.966	4.988	55.323	55.323

Trata-se, no curto prazo, de créditos de Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS/PASEP e COFINS, além do Imposto de Renda sobre rendimentos de aplicações financeiras. No longo prazo, os valores são relativos ao saldo negativo de Imposto de Renda e de Contribuição Social, referente aos exercícios de 2021 e 2022.

7 – VALORES A RECEBER

Os grupos Valores a Receber, do ativo circulante e do ativo não circulante, estão compostos da seguinte maneira:

	Circulante		Não Circulante	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Município do Rio de Janeiro	7.673	7.516	51.381	50.331
Acordos – Créditos a Receber	12.334	13.085	4.716	6.602
Servidores Cedidos a Outros Órgãos	1.859	1.685	-	-
Outros Valores a Receber	3.054	3.989	-	-
Totais	24.920	26.275	56.097	56.933

Município do Rio de Janeiro compreende o saldo a receber referente à indenização por desapropriação administrativa de imóveis ou terrenos urbanos de titularidade da Companhia, nos termos do Decreto Presidencial não numerado, de 10 de setembro de 2013, o qual autorizou o Município do Rio de Janeiro a declarar de utilidade pública o domínio público dos imóveis pertencentes à Companhia, destinados à implantação da urbanização da área portuária.

Acordos – Créditos a Receber compreende o saldo a receber referente aos acordos de confissão de dívidas firmados com os seguintes clientes: Triunfo Logística Ltda., Pennant Serviços Marítimos Ltda., Prestomar Serviços Marítimos Ltda., Astromarítima Navegação S/A, Preamar Serviços Marítimos Ltda., TPAR – Terminal Portuário de Angra dos Reis e RLOG Logística e Agenciamento Marítimo. O grupo também registra o Termo de Reconhecimento de Dívida, firmado com a empresa N2O Tecnologia da Informação, pela devolução de valores pagos a maior no Contrato nº 057/2016.

Servidores Cedidos a Outros Órgãos compreende o saldo a receber referente às cessões onerosas de empregados do quadro da Companhia a diversos órgãos e entidades públicos.

8 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/03/2023	31/12/2022
Ações Judiciais – Leasing	247.436	247.436
Bloqueios em Conta Corrente	167.934	165.168
Ações Judiciais - Portus	38.675	32.182
Recursos Interpostos	17.400	17.108
Ações Judiciais – VPNI	10.803	40.947
Outras Ações Judiciais	134.514	132.371
Totais	616.762	635.212

Ações Judiciais – Leasing são valores penhoras na receita da Companhia para garantia dos seguintes processos:

0190316-36.1998.8.19.0001 – 11ª Vara Cível do Rio de Janeiro

0102697-82.2009.8.19.0001 – 19ª Vara Cível do Rio de Janeiro
0044608-27.1994.4.02.5101 – 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro
0005985-83.1997.4.02.5101 – 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro

Bloqueios em Conta Corrente são relativos a diversas ações trabalhistas, cíveis e tributárias, com pedido de penhora judicial nas contas bancárias em que a Companhia possui junto ao Banco do Brasil, ao Bradesco, ao Santander e à Caixa Econômica Federal.

As Ações Judiciais – Portus são referentes a depósitos judiciais, nos autos dos seguintes processos: 0105594-59.2004.8.19.0001, da 21ª Vara Cível do Rio de Janeiro, e 0002173-66.2013.8.19.0024, da 1ª Vara Cível da Comarca de Itaguaí

Recursos Interpostos registra os pagamentos de interposição de recursos ordinários, embargos de declaração, recurso de revista, agravo de instrumento, agravo interno e demais medidas jurídicas de interesse da Companhia.

Ações Judiciais – VPNI compreendem os depósitos judiciais no processo 0100626-70.2017.5.01.0004, em trâmite na 4ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, relativo à rubrica salarial denominada VPNI – Vantagem Pessoal Nominal Individual. Houve, no 1º trimestre de 2023, resgate em favor da Companhia.

Outras Ações Judiciais compreendem os depósitos judiciais nos demais processos cíveis, trabalhistas e tributários.

9 – CONTAS A RECEBER DE PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantinha recursos em conta específica pertencente ao Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI. Entretanto, por solicitação de sua controladora, foram devolvidos os montantes de R\$ 279.900 mil e R\$ 13.315 mil aos cofres do Governo Federal, em 2014 e 2015, respectivamente.

10 – PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

Trata-se de 83 (oitenta e três) itens patrimoniais distribuídos entre 34 (trinta e quatro) imóveis externos (edificações e terrenos) de propriedade da Companhia, mantidos para auferir aluguel ou para valorização de capital ou para ambas, registrados pelo valor de aquisição (custo histórico).

Segundo laudos de determinação de valor de mercado, observados os métodos de análise e de avaliação empregados, com considerações feitas aos bens em estudo quanto às suas características, estado de conservação e manutenção, os imóveis registrados em Propriedade para Investimentos foram avaliados em R\$ 1.166.501 mil.

11 – IMOBILIZADO

O ativo imobilizado está assim composto:

	Valor contábil em 01/01/2023			Movimentação - 1º Trim/2023			Líquido
	Bruto	Dep.	Líquido	Adições	Baixas	Dep.	
Bens em Operação	921.080	(320.841)	600.239	2.121	(34)	(15.244)	587.082
Bens da Administração	176.006	(54.377)	121.629	85	(27)	(970)	120.717
Imob. em Andamento	63.946	(2.515)	61.431	16.733	-	-	78.164
Totais	1.161.032	(377.733)	783.299	18.939	(61)	(16.214)	785.963

O grupo Imobilizado em Andamento vem recebendo as medições de dois projetos:

- Contrato nº 06/2022, de 3 de fevereiro de 2022, firmado com o Consórcio Porto Rio 1, cujo objeto é a “realização de obras de ampliação e modernização do Cais da Gamboa entre os cabeços 100 e 124 no Porto do Rio de Janeiro”;
- Contrato nº 47/2022, de 27 de agosto de 2022, firmado com a Chec Dredging Co. LTD, cujo objeto é a “prestação dos serviços de dragagem no Cais da Gamboa entre os cabeços 20 e 80 no Porto do Rio de Janeiro”.

12 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E ASSISTENCIAIS

O grupo contém as remunerações correntes devidas a empregados ativos, aposentados, diretores, conselheiros, membros do comitê de auditoria estatutário, estagiários e jovens aprendizes, com os respectivos encargos; os valores a serem recolhidos a título de pensão alimentícia; e as consignações descontas em folha, tais como contribuição para sindicatos e associações de classe, empréstimos bancários, plano funeral, etc.

A seguir a composição do grupo:

	31/03/2023	31/12/2022
Remunerações	7.827	8.515
Consignações	284	246
Mesada Judicial	138	173
Provisões e Encargos	18.781	15.447
Totais	27.030	24.381

13 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

As obrigações tributárias, demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e atualizações, quando aplicáveis, incorridos até a data do balanço, têm a seguinte composição:

	Circulante		Não Circulante	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
IPTU	14.695	14.695	-	-
ISS	102	89	3.051	2.958
Parcelamentos	128.330	130.163	482.465	501.230
PASEP/COFINS	5.669	5.053	-	-
IR e CSLL	24.480	12.887	-	-
INSS/FGTS	5.046	5.096	-	-
ATP	-	6.820	-	-
Taxa de Ocupação	19.884	29.550	-	-
Outros	96	1.069	-	-
Totais	198.302	205.422	485.516	504.188

O saldo de **IPTU** a recolher é referente a 109 (cento e nove) débitos inscritos em Dívida Ativa, do Município do Rio de Janeiro, relativos aos exercícios de 2008 a 2019.

O **ISS** de curto prazo refere-se ao valor mensal do tributo a ser recolhido ao Município de Itaguaí. O valor registrado no longo prazo é relativo à execução fiscal do Município de Itaguaí – RJ, em trâmite na 3ª Vara de Execução Fiscal do Rio de Janeiro, pelo não recolhimento do tributo no exercício de 2002.

Os **Parcelamentos** compreendem quatro modalidades do Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, cuja adesão ocorreu em 14 de novembro de 2017, um parcelamento ordinário de débitos previdenciários, de 28 de maio de 2018, dois parcelamentos de PIS e COFINS, aderidos em 13 de julho de 2018, e três acordos com a PGFN – Negócio Jurídico Processual, assinados em 29 de maio de 2019, 21 de outubro de 2020 e 29 de abril de 2021.

O grupo **PASEP/COFINS** representa contribuições correntes sobre o faturamento mensal, as quais vêm sendo recolhidas dentro de seus respectivos vencimentos.

O grupo **INSS/FGTS** representa contribuições correntes sobre a folha de pagamento mensal, as quais vêm sendo recolhidas dentro de seus respectivos vencimentos.

O saldo de **IR e CSLL** compreende os valores do imposto de renda retido em folha de pagamento, além dos tributos apurados sobre o Lucro Real.

O **ATP** – Adicional de Tarifa Portuária, instituído pela Lei nº 7.700, de 21 de dezembro de 1988, tratava-se de cobrança de taxa cuja base de cálculo eram as operações de importação e exportação, objeto do comércio na navegação de longo curso. A Lei nº 9.309, de 2 de outubro de 1996 revogou a supracitada Lei e, conseqüentemente, extinguiu a cobrança do adicional. O saldo permaneceu registrado

contabilmente até 26/02/1999, quando a União efetuou transferência do valor aproximado de R\$ 16,8 milhões para baixa parcial do passivo, tendo o aumento do Capital Social como contrapartida. Os valores foram baixados no 1º trimestre de 2023 por deliberação da Diretoria Executiva.

A **Taxa de Ocupação** representa a cobrança da Secretaria de Patrimônio da União – SPU de taxas incidentes sobre os imóveis da Companhia, tais como taxa de ocupação e aforamento.

14 – **OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

	Circulante	
	31/03/2023	31/12/2022
Adiantamento de Cliente	6.091	3.056
Expansão Terminal 1	7.651	7.651
Outros	5.539	5.524
Totais	19.281	16.231

A **Expansão do Terminal 1** constitui obrigação assumida com o Grupo Libra, referente às obras de ampliação do cais da área arrendada (Terminal 1). As obras, por força do 12º (décimo-segundo) Termo Aditivo ao Contrato C-DEPJUR nº 010/98, assinado em 16 de setembro de 2011, eram de responsabilidade da Companhia, mas foram financiadas pela arrendatária. A Diretoria Executiva, em sua 2098ª reunião, realizada em 7 de outubro de 2014, deliberou pelo ressarcimento das despesas à arrendatária. A Companhia vinha, até o exercício de 2022, amortizando, mensalmente, o saldo devedor do contrato por meio de compensações com valores devidos pela ICTSI Rio Brasil, empresa sucessora, referentes às partes fixa e variável do arrendamento. Entretanto, o contrato foi encerrado em 16 de janeiro de 2023 com o saldo de R\$ 7.651 mil, não cobrado pela arrendatária por conta do pedido de recuperação judicial do Grupo Libra e pela discussão judicial de algumas faturas referentes à cobrança de movimentação mínima contratual.

15 – **BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO**

A Companhia é patrocinadora de um plano de suplementação de aposentadoria de seus empregados e beneficiários. Este fundo, do tipo “benefício definido”, é administrado pelo Portus – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, fiscalizada pelo órgão de supervisão dos fundos de pensão – PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar vinculada ao Ministério da Fazenda.

A Companhia contribui com uma parcela mensal sobre a massa de salários dos empregados participantes, paritária aos valores por eles recolhidos.

O Portus está sob intervenção federal decretada pela Diretoria Colegiada da PREVIC, em 22 de agosto de 2011, por meio da Portaria nº 459, publicada no Diário Oficial da União 23 de agosto de 2011.

As contas possuem a seguinte composição:

	Circulante		Não Circulante	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Contribuições Correntes	573	572	-	-
Termo de Compromisso Financeiro	24.411	23.746	202.685	202.535
Déficit Atuarial	-	-	57.114	56.287
Totais	24.984	24.318	259.799	258.822

O déficit atuarial da Companhia, apontado no balanço patrimonial, de R\$ 284.210 mil (R\$ 282.568 mil em 2022), calculado segundo o CPC 33, está sendo equacionado conforme as regras estabelecidas no Termo de Compromisso Financeiro, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, em sua 742ª reunião, realizada em 10 de junho de 2020, com a supervisão da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST). As informações atuariais, de responsabilidade da empresa de consultoria Rodarte Consultoria em Estatística e Seguridade Ltda., estão divulgadas na página eletrônica da Companhia, em relatório específico.

16 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia constitui provisões para processos trabalhistas, cíveis e tributários a valores considerados pela Superintendência Jurídica como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis e estão compostas da seguinte maneira:

	Saldo Inicial 01/01/2023	Condenações	Complemento	Reversão	Saldo Final 31/03/2023
Ações Trabalhistas	173.482	(7.887)	43.437	-	209.032
Ações Cíveis	706.687	(6.786)	-	(1.360)	698.541
Ações Tributárias	520.476	-	35.010	-	555.486
Totais	1.400.645	(14.673)	78.447	(1.360)	1.463.059

Segundo informações da Superintendência Jurídica da Companhia, as provisões são reconhecidas tendo como base as opiniões dos advogados sobre o valor a ser desembolsado em cada ação, considerando a fase processual em que se encontram, levando em conta os valores depositados e cálculos homologados.

Os valores foram atualizados pelos índices dos respectivos tribunais em que tramitam as ações, acrescidos de juros de mora, conforme legislação vigente. Os processos classificados como perda remota foram calculados com base nos pedidos apresentados na inicial, considerando o baixo risco de condenação ou já garantidos em juízo. Aqueles considerados como perda possível tiveram seus valores definidos com base na fase de conhecimento em processos com chances de recursos. Os processos classificados como perdas prováveis foram calculados com base na decisão em segunda instância, sem chance de reversão ou em fase de execução.

16.1 Perdas Possíveis Não Provisionadas no Balanço

A Companhia possui outras contingências nas quais, conforme opinião dos advogados, as probabilidades de perdas são remotas ou até possíveis. Contudo, há contingências que, devido ao valor das ações, podem propiciar perdas relevantes à Companhia em R\$ 245.584 mil (R\$ 187.261 mil em 31/12/2022), sendo:

- Ações Trabalhistas - R\$ 47.350
- Ações Cíveis - R\$ 198.011
- Ações Tributárias - R\$ 223

17 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Trata-se de recursos aportados pela União destinados a programas de investimentos na Companhia. Os valores sofrem a incidência de atualização financeira com base na variação da Taxa SELIC até a sua capitalização, conforme Decreto nº 2.673/1998.

O grupo possui a seguinte composição:

	31/03/2023	31/12/2022
Repasse ao Portus (2013 a 2016)	242.267	234.640
Repasse para Investimentos	91.297	90.852
Subscrição do Estado do Rio de Janeiro	1	1
Correção Monetária Decreto 2.673/98	1.492	1.445
Totais	335.057	326.938

18 – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social, no montante de R\$ 2.455.537 mil está representado por 1.222.461.484 ações:

Acionistas	Ordinárias	Preferenciais	Total
União	611.150.765	611.150.763	1.222.301.528
Estado do Rio de Janeiro	79.979	79.977	159.956
Totais	611.230.744	611.230.740	1.222.461.484

O último aumento de Capital Social foi homologado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia Docas do Rio de Janeiro, no dia 11 de dezembro de 2015.

19 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

O grupo está composto da seguinte maneira:

	31/03/2022	31/03/2022
Receita com Arrendamentos	138.908	183.438
Receitas Tarifárias	37.187	28.840
Impostos Federais	(14.161)	(18.107)
Impostos Municipais	(1.978)	(920)
Receita Líquida	159.956	193.251

Houve redução na receita com arrendamentos porque não foram emitidas, até o dia 31 de março de 2023, as faturas da cobrança da movimentação mínima contratual – MMC, relativas ao não atingimento das metas estabelecidas para o exercício de 2022.

20 – CUSTOS DA OPERAÇÃO

O grupo está composto da seguinte maneira:

	31/03/2022	31/03/2022
Pessoal e Encargos	20.484	12.152
Manutenção	4.892	4.201
Serviços de Terceiros	793	1.256
Depreciação e Amortização	9.891	9.823
Provisões	1.660	3.493
Impostos e Taxas	346	904
Totais	38.066	31.829

21 – DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

O grupo está composto da seguinte maneira:

	31/03/2022	31/03/2022
Pessoal e Encargos	31.429	31.972
Manutenção	6.638	4.135
Serviços de Terceiros	443	794
Legais e Judiciais	17.971	16.436
Impostos e Taxas	764	593
Outras	355	414
Totais	57.600	54.344

22 – PROVISÕES CONTÁBEIS LÍQUIDAS

O grupo está composto da seguinte maneira:

	31/03/2022	31/03/2022
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.137)	6.236
Provisão de Férias	1.212	(5.878)
Provisão para o 13º Salário	(1.950)	(1.903)
Provisão para FGTS do 13º Salário	(125)	(120)
Provisão para Contingências	(87.945)	(194.935)
Totais	(91.945)	(196.600)

23 – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O grupo está composto da seguinte maneira:

	31/03/2022	31/03/2022
Receitas Financeiras	12.797	12.432
Despesas Financeiras	(29.743)	(48.519)
Totais	(16.946)	(36.087)

24 – CÁLCULO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Resultado Líquido antes do IRPJ e CSLL (39.485)

Adições

Provisão para Contingências 87.944

Autos de Infração -

PECLD 3.137

Total das Adições 91.081

Exclusões -

Lucro/(Prejuízo) Ajustado 51.596

Compensação de Prejuízos Fiscais (15.479)

Base de Cálculo IR e CSLL 36.117

IR (15%) 5.417

Adicional IR (10%) 3.606

CSLL 3.251

25 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui política de transações com partes relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração e divulgada em sua página eletrônica, que estabelece regras e consolida os procedimentos a serem observados pela Companhia quando da ocorrência de transações entre partes relacionadas, assegurando a competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade nas transações. O normativo é aplicado a todos os colaboradores e administradores da Companhia.

As definições de partes relacionadas estão contidas no Pronunciamento Técnico nº 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Dentre as transações realizadas pela Companhia com suas partes relacionadas, destacamos as seguintes:

Transações com o Tesouro Nacional: A Companhia celebrou três contratos de cessão de créditos, com o Tesouro Nacional, nos exercícios de 1998 a 2000, nos quais a Companhia transferiu à União os direitos de créditos decorrentes de dois contratos de arrendamento: C-DEPJUR Nº 010/98, de 11/03/1998, celebrado entre a Companhia e o arrendatário Libra Terminal Rio S.A. e o contrato C-DEPJUR Nº 069/98, de 23/10/98, celebrado entre a Companhia e o arrendatário Sepetiba Tecon S.A.

Dos créditos decorrentes do arrendamento da Libra resultaram dois contratos de cessão, nº 018 e 026, relativos à parte fixa e variável, cujos vencimentos ocorrerão em 8 de maio de 2023.

Os pagamentos mensais estão sendo realizados pela própria Companhia, apesar de haver saldo anterior inscrito em Dívida Ativa da União e negociado.

	Parcela Atual	Saldo a Vencer
Contrato nº 018	1.172 mil	2.344 mil
Contrato nº 026	4.689 mil	8.566 mil

O contrato relativo ao arrendamento da Sepetiba Tecon S.A. possui vigência até 1º de outubro de 2025 e vem sendo recolhido pela arrendatária. A parcela atual é de R\$ 4.689 mil e o saldo a vencer totaliza R\$ 145.359 mil.

Transações com a Petrobrás: A Petrobrás opera no Porto do Rio de Janeiro em terminal privativo e com contrato de arrendamento transitório.

Quando opera em área privativa, a empresa efetua pagamento das tarifas portuárias de acesso ao canal e de fundeio. Em relação ao arrendamento, são cobradas da empresa as parcelas referentes às partes fixa e variável, além da recuperação do custo com energia elétrica e água. No 1º trimestre de 2023, o valor total faturado foi de R\$ 8.585 mil (R\$ 7.772 mil no 1º trimestre de 2022).

Transações com Cessionários: A Companhia cede mão de obra para as entidades públicas abaixo listadas:

Advocacia-Geral da União - AGU

Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ

Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT
Ministério da Infraestrutura – MINFRA
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ
Prefeitura Municipal de Japeri

Os cessionários transferem à Companhia, mensalmente, a título de ressarcimento, os valores relativos aos gastos com os salários e demais benefícios. O valor total do ressarcimento no 1º trimestre de 2023 foi de R\$ 1.900 mil (R\$ 2.872 mil no 1º trimestre de 2022) e valor médio mensal foi de R\$ 633 mil (R\$ 957 mil no 1º trimestre de 2022).

Transações com o Município do Rio de Janeiro: A Companhia possui saldo a receber referente à indenização por desapropriação administrativa de imóveis declarados de utilidade pública, ocorrida no exercício de 2014. O saldo a receber em 31/03/2023 era de R\$ 59.054 mil (R\$ 56.087 mil em 31/03/2022).

Outras transações: A Companhia mantém transações no curso de suas operações com outras entidades governamentais, como o Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Empresa Brasil de Comunicações – EBC e Companhia Docas do Pará – CDP.

26 – APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A autorização, pela Diretoria Executiva, para a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu em 31 de maio de 2023.

ALVARO LUIZ SAVIO
DIRETOR – PRESIDENTE
CPF Nº 299.604.367-72

RONALDO FUCCI
DIRETOR
CPF Nº 548.329.937-04

EDUARDO CELSO DE A. MARINHO
DIRETOR
CPF Nº 036.165.257-72

ANA BEATRIZ LEAL
DIRETORA
CPF Nº 076.987.877-61

EDUARDO PIRES SOARES
CONTADOR – CRC/RJ 110913/O-6
CPF Nº 080.022.657-77